

Título

Maré de Direitos

Resumo

O projeto Maré de Direitos contribui com a promoção do acesso à justiça dos mais de 140 mil moradores do conjunto de favelas da Maré, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, a partir de ações de acolhimento, atendimento, acompanhamento e encaminhamentos psico-socio jurídicos.

Link da matéria ou do vídeo

<https://www.redesdamare.org.br/br/info/19/mare-de-direitos> e

<https://www.youtube.com/watch?v=IjCgvZIUHaY>

Há quanto tempo a prática está em funcionamento?

O projeto Maré de Direitos acontece há 7 (sete) anos e desde sua criação vem sendo desenvolvido através de ações integradas e estratégicas de mobilização e engajamento comunitário, de produção de conhecimento, de atendimentos psicopsico-socio jurídicos e de incidência política.

Qual a principal inovação da sua prática?

O projeto, através de suas ações integradas, desenvolve uma tecnologia social que possibilita a ampliação do acesso à justiça, de forma republicana, aos moradores de favelas que historicamente são física e simbolicamente afastados dessa dimensão do Estado Democrático de Direitos. Os atendimentos interdisciplinares são realizados por profissionais tecnicamente capacitados, que prestam atendimento sobre as mais diversas demandas relacionadas ao acesso aos direitos sociais, acesso à justiça e acompanhamento às vítimas de Violência. Desde 2022, mensalmente, o Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher também realiza o atendimento às mulheres vítimas de Violência, entre os anos de 2021 e 2022 sendo essa a violência com maior número, de acordo com o Boletim de Monitoramento e Enfrentamento às Violências que realiza o monitoramento de casos, a partir dos atendimentos realizados pelas equipes técnicas da Redes da Maré. A partir dessa metodologia consolidada e articulações, desde 2019, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, atende os moradores no Complexo da Maré, no terceiro sábado do mês em dois territórios concomitantemente. Os defensores públicos realizam mais de 35 atendimentos mensais de pessoas que são atendidas pelo projeto, sendo feita a triagem e o recolhimento da documentação. O trabalho visa possibilitar o acesso da população que, territorialmente e socialmente encontra barreiras de acesso nessas instituições e ao ser atendida no território encontram a possibilidade de acessar os seus direitos e ter o contato direto com os defensores. A partir dessa prática, a Ação se

consolidou na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e hoje é institucionalizada como o Projeto Acesso a Direito dos Territórios. O objetivo não se limita ao atendimento, mas no âmbito da incidência política e das ações concretas, a Redes da Maré tem participado de discussões e construção de relatórios para que haja, num futuro próximo, um Núcleo da Defensoria na Maré.

Explique o processo de implementação da prática:

Para superar as desigualdades e as diversas formas de violência presentes no território e garantir maior qualidade de vida aos moradores, a Redes da Maré trabalha em uma agenda social voltada para os temas acima, considerados estruturantes, por meio da organização em eixos e da realização de projetos, ações e campanhas. O trabalho é feito sempre a partir da mobilização, escuta e participação da população, produzindo conhecimento e propondo ações que permitam acompanhar, de maneira sistemática, as mudanças em prol de melhorias significativas e concretas na qualidade de vida dos moradores. A partir do compromisso histórico da Redes da Maré, para superar as desigualdades e as diversas violências no território, bem como, proporcionar uma melhor qualidade de vida aos moradores. A instituição foi identificando, ao longo do tempo, a necessidade de criação de uma metodologia de atendimento à população à porta aberta em espaços distintos no território. A implementação da perspectiva sociojurídica e

psicossocial visa o atendimento com assistente social e advogado e psicólogo, entendo que as demandas ultrapassam questões pontuais, sobretudo, às vítimas da violência. Em único atendimento, por exemplo, o usuário pode receber o encaminhamento para um equipamento de saúde, dar entrada no benefício da Previdência Social (INSS) e também ser agendado para a Defensoria Pública. No que tange ao atendimento às vítimas de Violências, o usuário que necessite pode ser acompanhado em uma delegacia, hospital e IML, na busca dos seus direitos quando vítima da Violência Armada. Dessa forma, o escopo do projeto foi expandido: de uma equipe de advogada e assistente social em 2016 para + ampliação da equipe e expansão para dois plantões de atendimento em 2018 + ampliação para 4 plantões de atendimento, a partir de 2021. Sendo assim, contamos hoje com 4 plantões semanais, divididos nas favelas de Nova Holanda, Nova Maré, Parque União e Vila do Pinheiro.

Quais os fatores de sucesso da prática?

Ao longo desses 7 anos, mais de 4 mil pessoas foram atendidas pelo projeto, nos âmbitos sócio jurídico e das violências, além disso, algumas parcerias foram consolidadas ao longo do tempo, como a Ação da Defensoria Pública do Estado, atendimento nos Núcleos especializados.

Compromisso com a missão de impactar na melhoria da qualidade de vida dos moradores da maré + contribuir com a promoção do acesso à justiça como um direito social e como

possibilidade possível para moradores de favelas.

Descreva resumidamente as etapas de funcionamento da prática:

O projeto realiza as seguintes etapas para que suas práticas sejam realizadas:

(1) atendimentos individuais gratuitos com uma equipe técnica interdisciplinar composta por

advogada, assistente social e psicóloga. Esse método de atendimento, com profissionais de

diferentes áreas, permite um acolhimento e identificação das complexidades sociais que

dificultam o exercício da cidadania plena, possibilitando os encaminhamentos e as orientações

para a resolução das múltiplas demandas sociais, psicológicas e jurídicas.

(2) identifica quais são as demandas coletivas e estabelece articulações com os órgãos públicos

como Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,

com o objetivo de incidir em políticas públicas que promovam e estabeleçam a garantia de

direitos de moradores de favelas.

(3) os casos que necessitam de acompanhamento jurídico são encaminhados e acompanhados

junto à Defensoria Pública e seus Núcleos Especializados.

Quais as dificuldades encontradas?

Um das principais dificuldades encontradas são as operações policiais que acabam

interrompendo o planejamento de trabalho e também o direito de ir e vir dos moradores. No

primeiro trimestre de 2023, por exemplo, a Maré teve 16 operações, o que fez com que não tivéssemos 4 plantões de atendimento sociojurídico. Além disso, cabe mencionar o distanciamento físico de instituições importantes para a Proteção e acesso à Justiça como as Delegacias Especializadas, Núcleos da Defensoria e também equipamentos públicos de Assistência Social de média e alta complexidade no território. Esse fato, muitas vezes, impossibilita que os usuários acessem de forma qualitativa seus direitos. Apesar da equipe realizar acompanhamentos externos aos usuários, em alguns casos, o ideal é que o mesmo possa se deslocar e acessar de forma autônoma de qualidade esses equipamentos para efetivação plena do seu acesso à cidadania e direito à cidade. Outro ponto de dificuldade, são as barreiras no que tange a captação de recursos para a temática dos Direitos Humanos e Segurança Pública, sendo necessário um árduo processo de planejamento orçamentário para a manutenção do projeto.

Infraestrutura:

1 sala de trabalho para a equipe

2 salas de atendimento individual

6 computadores

8 notebooks

2 impressoras

2 celulares

Banco de dados para acompanhamento dos atendimentos dos usuários

Banco de dados para monitoramento dos impactos dos confrontos armados e outras violências

Equipe:

Eliana Sousa (Diretora), Liliane Santos (Coordenadora de Eixo), Maykon Sardinha (Coordenador de Eixo), Tainá Alvarenga (Assistente Social - Coordenadora do projeto Maré de Direitos), Marcela Cardoso (Advogada), Thays dos Santos (Advogada), Suelen Araújo (Advogada), Agatha Cristina Braga (Advogada), Cecília Roxo Bruno (Advogada), Luca Lima (Psicólogo), Nayara Vidal (Estagiária do curso de Psicologia-UERJ), Alexandra Cardozo (Assistente Social), Handy Rosa (Assistente Social), Josiane Pinto (Assistente Social), Vanessa de Paula (Assistente Social), Gabriela Pereira, Zeneida Duarte (Estagiária do curso de Serviço Social), Felipe Souza (Estagiário do curso de Geografia), Neilde Barcelos (Assistente Administrativo); Robson Pinheiro (gestor financeiro).

Orçamento:

R\$400.000,00 (12 meses)

Qual é a função profissional da pessoa ou natureza dos serviços prestados pela instituição que está se inscrevendo?

OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público)